

SUMÁRIO

<i>Prefácio à 4ª edição</i>	11
-----------------------------------	----

PRIMEIRA PARTE – NOVA FUNÇÃO

CAPÍTULO I – DIREITO EMPRESARIAL PÚBLICO

1. <i>Introdução: uma crítica ao neoliberalismo</i>	15
2. <i>Crítica aos determinismos econômicos</i>	16
3. <i>A teoria jurídica do conhecimento econômico e social</i>	17
4. <i>Direito empresarial público</i>	19
4.1 <i>Regulação e Direito antitruste</i>	20
4.2 <i>Direito societário</i>	23
5. <i>Conclusão</i>	26

CAPÍTULO II – INTERESSE SOCIAL: A NOVA CONCEPÇÃO

1. <i>Introdução</i>	27
2. <i>Contratualismo “vs.” Institucionalismo</i>	
2.1 <i>O contratualismo</i>	28
2.1.1 <i>Contratualismo clássico</i>	28
2.1.2 <i>Contratualismo moderno</i>	31
2.2 <i>A teoria institucionalista</i>	
2.2.1 <i>Institucionalismo publicista</i>	32
2.2.2 <i>Institucionalismo integracionista ou organizativo</i>	34
2.3 <i>A situação no Brasil: entre contratualismo e institucionalismo</i>	38
3. <i>As teorias modernas</i>	40
3.1 <i>A empresa e o interesse social na análise econômica do direito: utilidade e críticas</i>	42
3.2 <i>A teoria do contrato organização</i>	44
3.3 <i>Efeitos aplicativos</i>	47



3.3.1	Conflito de interesses	47
3.3.2	Definição de sociedade	47
3.3.3	A desconsideração da personalidade jurídica	49
3.3.4	Sociedade unipessoal e sociedade sem sócio	50
4.	Conclusão	51

CAPÍTULO III – ANÁLISE ESTRUTURALISTA DO DIREITO SOCIETÁRIO

1.	Introdução	53
2.	Poder e estrutura societária	56
2.1	Poder “vs.” direito na estrutura societária	56
2.2	Consequências da prevalência de relações hierárquicas sobre as jurídicas	57
3.	Os instrumentos para a busca de comportamento cooperativo entre os acionistas	
3.1	Instrumentos internos: busca da solução do problema de conflito de interesses	60
3.1.1	A solução estrutural do problema de conflito de interesses	61
3.1.2	A solução através de regra de conflito de interesses	62
3.2	Instrumentos externos	65
3.2.1	Poder de controle e assimetria de informação	65
3.2.2	Exemplo de <i>screening</i> : o Novo Mercado da Bovespa brasileira	
3.2.2.1	Os objetivos do Novo Mercado	68
3.2.2.2	Fundamentos e disciplina jurídica básica do Novo Mercado	69
3.2.2.3	Resultados e perspectivas	70
4.	Considerações conclusivas	71

SEGUNDA PARTE – NOVA ESTRUTURA

CAPÍTULO IV – DILUIÇÃO DE CONTROLE

1.	Introdução: a realidade econômica	77
2.	O debate doutrinário: termos e limites	78
3.	Problemas teóricos e práticos	82
3.1	Deveres fiduciários dos administradores	83
3.2	A separação de poderes no direito societário	85
4.	Conclusão	88

CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO INTERNA: ESTRUTURA ORGÂNICA TRÍPLICE

1.	Introdução	89
----	-------------------------	----

2. Função e forma das estruturas societárias	90
2.1 O problema da função	91
2.2 Consequências sobre as estruturas	92
2.2.1 Controle concentrado vs. diluído	93
2.2.2 Formas de participação interna	94
2.2.3 Estrutura orgânica	97
3. O problema na realidade brasileira	
3.1 Disfunção societária	98
3.2 Concentração e controle externo	98
3.3 Participação interna	100
3.4 Estrutura orgânica	101
4. Conclusão	102

CAPÍTULO VI – CONFLITO DE INTERESSES: A OPORTUNIDADE PERDIDA

1. Introdução: conflito de interesses como problema e como regra	104
2. A solução organizativa do problema de conflito de interesses ...	105
2.1 Fundamento econômico: a teoria da empresa, de Coase ...	105
2.2 Fundamentação jurídica: a moderna visão organizativa da sociedade	107
3. A solução através de regra de conflito de interesses	107
4. A posição secundária atribuída à matéria na lei de 1976	112
5. A reforma da lei das sociedades por ações e o problema do conflito de interesses	114
5.1 Ausência de soluções organizativas	115
5.2 Soluções baseadas na regra de conflito	116
6. Conclusão	118

CAPÍTULO VII – CONFLITO DE INTERESSES: NOVAS ESPERANÇAS

1. Introdução: novo e antigo	119
2. A recente evolução e as esperanças	120
3. Conclusão: a solução e o mundo infantil	125

CAPÍTULO VIII – ACORDO DE ACIONISTAS COMO INSTÂNCIA DA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

1. Acordo de acionistas como pacto parassocial	126
2. Realidade e disciplina parassocietária no direito brasileiro	130
3. A disciplina parassocietária do acordo de acionistas no sistema brasileiro	132
3.1 A integração incompleta do artigo 118	132
3.1.1 Limitação do objeto do acordo	133
3.1.2 Eficácia do acordo	136

3.2	<i>A reforma da lei das sociedades e o acordo de acionistas</i>	138
4.	Conclusão	140

CAPÍTULO IX – “GOLDEN SHARE”: UTILIDADE E LIMITES

1.	Propriedade e controle	141
2.	Separação entre propriedade e controle na lei brasileira: contornos e limites	143
3.	As duas espécies de “golden share”	145
4.	Conclusão	148

CAPÍTULO X – ALIENAÇÃO DE CONTROLE: O VAIVÉM DA DISCIPLINA E SEUS PROBLEMAS

1.	Introdução	149
2.	Liberdade de disposição dos acionistas	150
3.	Alienação de controle e interesse dos minoritários	152
4.	Alienação de controle e interesse social	
4.1	<i>Considerações gerais</i>	157
4.2	<i>O papel dos administradores</i>	161
4.2.1	<i>A solução norte-americana</i>	162
4.2.2	<i>A solução alemã</i>	164
4.2.3	<i>Conflito de interesses formal?</i>	166
4.2.4	<i>Técnicas de defesa: legitimidade</i>	169
5.	Conclusão	174

CAPÍTULO XI – INFORMAÇÃO COMPLETA, DIREITO SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS

1.	O princípio da informação completa: importância para o mercado de capitais	178
1.1	<i>A informação plena</i>	179
1.2	<i>A informação acessível a todos</i>	182
2.	A questão estrutural: poder de controle e assimetria de informação	184
3.	Conclusões	187

TERCEIRA PARTE – NOVA RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO XII – DEVERES FIDUCIÁRIOS DO CONTROLADOR

1.	Introdução	191
2.	Deveres fiduciários no direito societário	
2.1	<i>A realidade societária brasileira</i>	193
2.2	<i>Os deveres fiduciários do acionista controlador</i>	193

2.3	<i>Deveres fiduciários e conflito de interesses do controlador</i>	196
2.4	<i>Deveres fiduciários do controlador enquanto administrador direto e indireto da sociedade</i>	198
3.	<i>Limites e deficiências</i>	200

CAPÍTULO XIII – FORMAS SOCIETÁRIAS E NÃO SOCIETÁRIAS DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE INDIVIDUAL

1.	<i>O problema da limitação de responsabilidade do comerciante individual: origem da discussão atual</i>	202
1.1	<i>A teoria ficcionista</i>	203
1.2	<i>As teorias do patrimônio de afetação</i>	204
1.3	<i>A concepção de Gierke</i>	206
1.4	<i>Relatividade histórica e valor atual da discussão</i>	210
2.	<i>A separação patrimonial do comerciante individual no direito moderno</i>	
2.1	<i>Colocação do problema</i>	212
2.2	<i>Formas de limitação de responsabilidade do comerciante individual</i>	216
2.2.1	<i>As críticas à fórmula societária</i>	217
2.2.2	<i>As tentativas de construção em forma não societária</i>	219
2.2.3	<i>Conclusão: sociedade unipessoal vs. empresa individual</i>	222
2.3	<i>A limitação de responsabilidade do comerciante individual no Brasil</i>	228
2.3.1	<i>Patrimônio separado</i>	228
2.3.2	<i>Sociedade unipessoal</i>	230
2.4	<i>Conclusão</i>	231

CAPÍTULO XIV – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

1.	<i>Antecedentes</i>	232
2.	<i>A teoria unitarista</i>	234
3.	<i>Resultados aplicativos: desconsideração e falência</i>	237
4.	<i>A teoria dos centros de imputação</i>	241
5.	<i>Resultados aplicativos: a casuística</i>	
5.1	<i>Desconsideração atributiva</i>	244
5.2	<i>Desconsideração para fins de responsabilidade</i>	245
5.3	<i>Desconsideração em sentido inverso</i>	247
5.4	<i>Desconsideração em benefício do sócio</i>	249
6.	<i>Interpretação e aplicação da teoria da desconsideração no Brasil</i>	251

7. <i>A desconsideração da personalidade jurídica como problema e como método</i>	258
8. <i>Os custos da desconsideração</i>	264
8.1 <i>Responsabilidade limitada e livre mercado</i>	264
8.2 <i>Responsabilidade limitada em situação de concorrência imperfeita</i>	265
8.3 <i>Desconsideração como forma de redistribuição de riscos</i> ..	268
8.4 <i>Recepção legislativa das teorias no Brasil</i>	269
8.5 <i>Os limites econômicos da desconsideração</i>	271

CAPÍTULO XV – RESPONSABILIDADE PENAL E CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA

1. <i>As teorias sobre a pessoa jurídica e sobre a formação da vontade no seu interior</i>	275
1.1 <i>A teoria da ficção e o contratualismo</i>	276
1.2 <i>A teoria realista e o institucionalismo</i>	279
2. <i>A influência dessas teorias na polêmica sobre o crime da pessoa jurídica</i>	280
2.1 <i>O direito comparado</i>	281
2.2 <i>A posição do direito brasileiro</i>	
2.2.1 <i>No direito societário: entre contratualismo e institucionalismo</i>	285
2.2.2 <i>Crime da pessoa jurídica: reconhecimento positivo</i>	286
2.2.3 <i>Crime de pessoa física através da pessoa jurídica: a Lei 8.137/90</i>	288
3. <i>Conclusão</i>	290

<i>Bibliografia</i>	291
---------------------------	-----